

# MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO ALM E/OU ESTUDO DE SOLVÊNCIA

**IPSEMC**  
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo





# MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO ALM E/OU ESTUDO DE SOLVÊNCIA

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo  
Rua Vereador Benedito Ribeiro de Araújo, 648 – Praia Formosa - Cabedelo, PB - CEP 58101-132  
Portal: [www.ipsemc.pb.gov.br](http://www.ipsemc.pb.gov.br)

DATA  
ATUALIZAÇÃO:  
25/01/2024  
VERSÃO: 2.0

## SUMÁRIO

01	OBJETIVO DO MANUAL .....	03
02	LEGISLAÇÃO APLICADA E/ OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES .....	03
03	RESPONSABILIDADES .....	04
04	INTRODUÇÃO .....	05
05	ESTUDO DE SOLVÊNCIA DE UM PLANO DE BENEFÍCIOS OU ALM .....	06
06	CONCEITOS E/OU OUTRAS DEFINIÇÕES BÁSICAS .....	07
07	FINALIDADE DA DIRETORIA DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS .....	09
08	ÓRGÃOS DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL VINCULADOS .....	09
09	DETALHAMENTO DO PROCESSO .....	10
10	GESTÃO DE RISCOS .....	12
11	DISPOSIÇÕES FINAIS .....	14

## **1. OBJETIVO DO MANUAL**

Sistematizar o processo da **Elaboração do ALM e/ou Estudo de Solvência** no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo – IPSEMC, determinar as responsabilidades dos envolvidos neste processo, bem como descrever como deve ser executado, assegurando desta forma a padronização de execução, desempenho e qualidade do procedimento.

## **2. LEGISLAÇÃO APLICADA E/ OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

2.1 Lei 687/93.

2.2 Planejamento Estratégico do IPSEMC.

2.3 Portaria nº 185/2015 atualizada pela Portaria nº 07/2020 – SPREV/ME e Manual do Pró Gestão RPPS – Versão 3.5.

2.4 Manual de Gestão Previdenciária – Volume IX– Finanças, Contabilidade e Investimentos.

2.5 Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN foi instituído com o objetivo de garantir que os Entes Federativos comprovem a elaboração e a fiel execução da política anual de aplicação dos recursos de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN.

2.6 Portaria Ministerial nº 1.467/2022 - Disciplina também os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

- 2.7 A Política de Investimentos documento legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisão relativo à aplicação e gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, empregada como ferramenta de gestão necessária para garantir o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial.
- 2.8 Código de Ética do IPSEMC disposto no Portal: [www.ipsemc.pb.gov.br](http://www.ipsemc.pb.gov.br) no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx>

### 3. RESPONSABILIDADES

<b>Quem participa</b>	<b>Responsabilidades</b>
Diretoria de Gestão de Investimentos - DGINVEST	Elaborar junto com a Consultoria e/ou especialista o estudo de ALM ou Solvência.
Diretoria de Gestão Atuarial	Prestar as informações e documentos solicitados.
Comitê de Investimentos - COI	Colaborar com o estudo no que for demandado
Assessoria de Controle Interno	Emitir declaração de conformidade.
Presidência	Receber e Autorizar.
Conselhos Deliberativo e Fiscal	Analisar e deliberar.
Assessoria Jurídica	Analisa e oferta parecer em caso de necessidade.

#### 4. INTRODUÇÃO

O IPSEMC é certificado em Nível III no Programa Pró-Gestão RPPS, coordenado pela Secretaria de Previdência Social - SPREV, do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS por meio do qual implementou-se o mapeamento das áreas de atuação e a manualização dos procedimentos da Autarquia colocando-a nesse padrão de excelência pública.

Enquadrar-se em um padrão de excelência pública sempre foi nosso foco principal face a enorme responsabilidade que assumimos, razão porque temos que exercer a missão com austeridade, ética e transparência na gestão pública. Como parte integrante dessa mudança e modernização foi elaborado este ***Manual de Normas e Procedimentos de Elaboração do ALM e/ou Estudo de Solvência*** para padronizar, organizar e melhorar o fluxo de cumprimento visando uma gestão mais eficiente do processo.

Para que se obtenha resultado eficaz o presente *Manual* tem por objetivo regulamentar, informar e orientar sobre a instrução processual do processo de ALM e/ou Estudo de Solvência do IPSEMC nos termos da legislação pertinente em vigor e assim facilitar o desenvolvimento da atividade por meio do esclarecimento das normas aplicadas, dos conceitos básicos aqui contidos, mapeamento do processo da atividade, contribuindo assim para a otimização e transparência da atividade do setor de investimentos.

Este Manual está sempre sujeito a novas alterações desde que sejam necessárias uma vez que a gestão previdenciária é muito dinâmica. Geralmente, ocorrem advenços de novos dispositivos legais publicados, ficando o setor responsável pelas atualizações sempre que for preciso.

Os manuais do IPSEMC são frutos de um trabalho intensivo e exaustivo dedicado a esclarecer a execução das ações, dos processos e atividades em geral, como também para facilitar a compreensão de todos os operadores do sistema uma vez que apresenta o passo-a-passo de forma clara e inequívoca.

Ressalta-se que esta publicação é produto do novo modelo de Governança adotado pelo IPSEMC em nível do Pró-Gestão RPPS, focado na valorização dos servidores, na excelência da atividade pública, no estímulo ao desenvolvimento das competências de sua força de trabalho e na potencialização do capital humano do Instituto que é o nosso patrimônio maior.

Façam um bom uso deste Manual realizando um ótimo trabalho.

***Léa Santana Praxedes***  
Presidente

## 5. ESTUDO DE SOLVÊNCIA DE UM PLANO DE BENEFÍCIOS OU ALM

O estudo de solvência de um plano de benefícios é uma avaliação financeira detalhada que visa determinar se o plano é capaz de cumprir suas obrigações futuras para com os beneficiários. Essas obrigações geralmente incluem o pagamento de benefícios de aposentadoria, pensões e outros benefícios prometidos aos participantes do plano.

A solvência de um plano de benefícios é fundamental para garantir a segurança financeira dos beneficiários e para cumprir as obrigações legais e regulatórias relacionadas aos planos de previdência. Aqui estão algumas etapas-chave envolvidas no estudo de solvência de um plano de benefícios:

***Avaliação dos ativos do plano:*** O primeiro passo é avaliar todos os ativos do plano de benefícios. Isso inclui investimentos, fundos, títulos, imóveis e outros ativos que compõem o fundo do plano.

***Avaliação das obrigações do plano:*** Em seguida, é preciso calcular as obrigações futuras do plano, ou seja, os benefícios que serão pagos aos beneficiários ao longo do tempo. Isso envolve considerar fatores como as taxas de juros esperadas, a expectativa de vida dos beneficiários e as promessas de benefícios do plano.

***Comparação entre ativos e obrigações:*** A partir das informações coletadas nas etapas anteriores, é possível calcular a diferença entre os ativos e as obrigações do plano. Um plano é considerado solvente quando seus ativos são suficientes para cobrir todas as obrigações futuras.

***Análise de cenários:*** Além da avaliação simples, os responsáveis pelo estudo de solvência também podem realizar análises de cenários. Isso envolve a consideração de diferentes pressupostos, como mudanças nas taxas de juros, retornos de investimentos e demografia dos beneficiários, para determinar como essas variáveis podem afetar a solvência do plano.

***Desenvolvimento de estratégias de gerenciamento de risco:*** Se o estudo de solvência identificar um desequilíbrio entre ativos e obrigações, os responsáveis pelo plano podem desenvolver estratégias para gerenciar esse risco. Isso pode envolver ajustes nas alocações de ativos, aumento das contribuições dos participantes ou alterações nos benefícios prometidos.

**Monitoramento contínuo:** A solvência de um plano de benefícios não é uma métrica estática. Ela precisa ser monitorada continuamente à medida que as condições econômicas e demográficas mudam. Isso garante que o plano possa tomar medidas proativas para manter sua solvência ao longo do tempo.

É importante observar que os planos de benefícios estão sujeitos a regulamentações e leis específicas oriundas dos órgãos reguladores e a jurisdição. Portanto, o estudo de solvência deve estar em conformidade com todas as regras e regulamentos aplicáveis.

Em resumo, o estudo de solvência de um plano de benefícios é uma análise financeira crítica para garantir que o plano possa cumprir suas obrigações futuras com os beneficiários. Ele ajuda a identificar e gerenciar os riscos financeiros associados ao plano e a tomar medidas corretivas, se necessário, para manter a solvência a longo prazo.

## **6. CONCEITOS E/OU OUTRAS DEFINIÇÕES BÁSICAS**

### **6.1 Previdência Social**

É um programa do Governo que consiste em uma forma de seguro que oferece proteção a todo cidadão contribuinte contra diversos riscos como doença, invalidez, morte e velhice.

### **6.2 Regime Geral de Previdência Social – RGPS**

É o conjunto de regras que estabelecem os direitos e deveres relacionados ao sistema previdenciário do Brasil, garantindo os direitos assistenciais à população.

### **6.3 Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**

Regime previdenciário próprio de cada ente federativo, de filiação obrigatória para os servidores públicos titulares de cargo efetivo.

### **6.4 O termo Asset Liability Management – ALM**

É a gestão integrada de ativos e passivos que busca pela melhor alocação dos investimentos dos recursos garantidores dos planos de benefícios, considerando os retornos esperados e os riscos de cada segmento das aplicações, sempre respeitando as restrições legais e regulamentares, os compromissos atuariais desses planos, com os benefícios já concedidos e os a conceder.

### **6.5 Sistema Financeiro Nacional – SFN**

É um conjunto de órgãos e instituições, financeiras ou não, responsáveis pela gestão da política monetária do governo federal.

### **6.6 Banco Central do Brasil – BCB**

Também conhecido como BC, BCB ou BACEN. É uma autarquia federal, integrante do Sistema Financeiro Nacional. Criado em 1964, é considerado uma das principais autoridades monetárias do país, sendo o principal agente financeiro e gestor cambial do Governo. É quem monitora o sistema financeiro e autoriza o funcionamento de instituições financeiras dentro do país. É também o emissor de moeda, e também o executor das políticas monetária e cambial, regulando juros, dentre outras coisas.

### **6.7 Conselho Monetário Nacional – CMN**

É o órgão que expede normas e diretrizes para o bom funcionamento de todo o Sistema Financeiro Nacional SFN.

### **6.8 Comissão de Valores Mobiliários – CVM**

É uma autarquia federal responsável por fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil.

### **6.9 Instituições Financeiras**

Empresas ou grupo de empresas voltadas para o exercício profissional da administração de recursos financeiros, que estejam autorizadas pelo BCB, CMN e CVM a atuar no Sistema Financeiro Nacional.

### **6.10 Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA**

É uma associação que representa as instituições de mercado de capitais de todo o Brasil. Além da atividade de representação, ela atua como entidade autorreguladora de códigos e melhores práticas de todas as instituições financeiras. Também é uma entidade certificadora dos profissionais que atuam no mercado financeiro e de capitais do país. Possui uma das maiores bases de dados sobre os mercados financeiros e de capitais, sendo considerada fonte de referência de informações sobre as instituições financeiras.



#### **6.11 Fundos de Investimento**

Um fundo de investimento é formado por uma carteira de ativos financeiros. Ele é oferecido pelas Administradoras que disponibilizam cotas para a captação de recursos. Basicamente, funciona como um condomínio, onde cada morador adquire uma cota (um apartamento), paga uma mensalidade para a administração e segue algumas regras preestabelecidas. A regulamentação desse investimento é feita pela CVM e pela ANBIMA.

#### **6.12 Periódico Oficial do IPSEMC – POI**

Veículo de comunicação entre os órgãos públicos e a sociedade, que tem por objetivo tornar público todo e qualquer ato acerca da Administração Previdenciária do IPSEMC.

### **7. FINALIDADE DA DIRETORIA DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS**

De forma geral e abrangente, é o órgão responsável por gerir as atividades relacionadas à gestão de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores de Cabedelo – IPSEMC incluso o processo de elaboração e encaminhamento das Autorizações para Aplicação ou Resgate.

### **8. ÓRGÃOS DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL VINCULADOS**

8.1 Comitê de Investimentos - COI

8.2 Presidência

8.3 Diretoria de Gestão Atuarial

8.4 Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV

8.5 Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV

8.6 Assessoria de Controle Interno

8.7 Assessoria Jurídica

8.8 Setor de Processamento de Dados

8.9 Assessoria de Informática

8.10 Setor de Arquivo.

## 9. DETALHAMENTO DO PROCESSO

PROTOCOLIZAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE SOLVÊNCIA E/OU ALM				
ETAPA/ATIVIDADE		DETALHAMENTO DAS ROTINAS E PROCEDIMENTOS A SEREM SEGUIDOS	INDICADOR DE DESEMPENHO	CONTROLES DA ATIVIDADE
1	<b>DIGINVEST</b> Diretoria de Gestão de Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Solicitar Relatório de Avaliação Atuarial Anual a DIAGT</li> </ul>	Conforme definido no Planejamento Estratégico	Relatório de Avaliação Atuarial  Relatório Anual de Investimentos  Legislação  Atas  Publicação
2	<b>DIGAT</b> Diretoria de Gestão Atuarial	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Encaminhar o Relatório de Avaliação Atuarial</li> </ul>		
3	<b>DIGINVEST</b> Diretoria de Gestão de Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Receber o Cálculo Atuarial Anual</li> <li>✓ Juntar ao Relatório Anual de Investimentos</li> <li>✓ Juntar legislação necessária</li> <li>✓ Encaminhar à Consultoria solicitando a elaboração do ALM</li> </ul>		
4	<b>CONSULTORIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elaborar o ALM / Estudo de Solvência</li> <li>✓ Encaminhar ao GAPRES</li> </ul>		
5	<b>GAPRES</b> Gabinete da Presidência	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Analisar</li> <li>✓ Agendar reunião de apresentação com a Consultoria dentro das possibilidades existentes</li> <li>✓ Convocar Conselhos: Deliberativo e Fiscal</li> <li>✓ Convocar COI e ASCONTIN</li> <li>✓ Realizar reunião de apresentação / capacitação sobre o ALM</li> <li>✓ Finalizar o Processo e</li> <li>✓ Encaminhar ao Arquivo</li> </ul>		

6	<b>COI</b> <b>Comitê de Investimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participar da reunião</li> <li>✓ Deliberar</li> </ul>		
7	<b>CONDPREV</b> <b>Conselho Deliberativo Municipal de</b> <b>Previdência</b> <b>e</b> <b>CONFIPREV</b> <b>Conselho Fiscal Municipal de Previdência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participar da reunião</li> <li>✓ Deliberar</li> <li>✓ Elaborar atas</li> </ul>		
8	<b>ASCONTIN</b> <b>Assessoria de Controle Interno</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participar da reunião de apresentação / capacitação</li> <li>✓ Deliberar sobre a conformidade (que deverá ficar registrada na Ata da reunião).</li> </ul>		
9	<b>GAPRES</b> <b>Gabinete da Presidência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Encaminhar atas e ALM / Estudo de Solvência para publicação.</li> </ul>		
10	<b>SEPROD</b> <b>Setor de Processamento de Dados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Publicar</li> </ul>		
11	<b>SETARQ:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Proceder o arquivamento em consonância com o Manual de Arquivo do IPSEMC</li> </ul> <p style="text-align: center;">FIM</p>		

## 10. GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de riscos é um tema de alta relevância para qualquer negócio e, por isso, nossa Autarquia tem demonstrado muita preocupação frente aos obstáculos que nos surge seja no ambiente interno, seja no externo. Os riscos são importantes para as decisões estratégicas e a principal causa de incertezas dos processos no âmbito das organizações. Além disso, estão presentes nas atividades mais simples que se realiza. Por mais que entendamos que a gestão de risco envolve uma abordagem ampla e corporativa, admitimos de forma clara e objetiva neste documento os pontos que julgamos necessários para que sejam observados pelo setor, por entendermos que permite um cuidado e uma organização parametrizada na legislação vigente como também que o IPSEMC contabilize o potencial impacto que produzirá nos processos, atividades e serviços que presta aos segurados, à sociedade. Neste caso, destacamos:

### I- Risco Legal

Envolve qualquer infração às leis que possam ser cometidas, de forma consciente ou não. Quando ocorre ausência de documentos obrigatórios; cálculo equivocado, não preenche os requisitos ou outro evento que deverá fazer parte do processo, é feita uma Notificação por parte da DIGINVEST, e encaminhado para o setor correspondente, dando prazo para sanar as pendências.

Havendo a devida conferência e correção todo o processo deverá estar em conformidade com a legislação vigente em todos os aspectos, objetivando evitar qualquer violação que prejudique a Autarquia. Permanecer sempre com a legislação que rege a modalidade atualizada, bem como, atentar para as leis que fazem parte do processo para envio à Corte de Contas.

### II- Risco Operacional

Representa as perdas geradas por eventos internos da rotina do setor, como falhas de funcionários, de sistemas, equipamentos. Para evitá-lo, algumas iniciativas devem ser tomadas, como observância junto à mesa de trabalho do sistema para ver se há ação a ser executada, comunicar ao setor que esteja parado ou não tenha observado sua mesa de trabalho, agir com proatividade e eficiência para gerar resultado eficaz.

### III- Risco Reputacional

Representa todos os eventos internos ou externos com capacidade de manchar ou danificar a percepção do IPSEMC perante a mídia, os colaboradores, os segurados e a sociedade em geral. Deve-se sempre preocupar-se com uma conduta respeitável, honesta, transparente, pautada numa postura ética, lembrando que o comportamento condenável pode ser registrado e divulgado o que pode colocar toda nossa reputação a perder. Neste caso, observar sempre o que dispõe o nosso Código de Ética.

**IV- Risco de Mercado**

É o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

**V- Risco de Crédito**

Também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas.

**VI- Risco de Liquidez**

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

As práticas de gestão de investimentos do IPSEMC dizem respeito a ações implementadas por todos nós responsáveis para que efetivemos uma gestão ativa visando o alcance da meta atuarial, ou seja, referem-se aos procedimentos efetivamente adotados pela governança na condução cotidiana das atividades de investimento, muito embora mantendo posicionamento conservador em virtude dos acontecimentos negativos que tem impactado o mundo financeiro-econômico. Trata-se, portanto, de verificar sempre se os procedimentos adotados estão adequados, independentemente da situação verificada na formalização das políticas em geral.

Assim sendo, os sistemas de apoio à gestão de investimentos referem-se ao conjunto de ferramentas, métodos e técnicas utilizados na execução da política de investimentos, com o intuito de atingir os objetivos planejados até mesmo sob a ótica da relação risco-retorno, bem como os limites de investimentos estabelecidos pelas Resoluções emanadas do Conselho Monetário Nacional -CMN, pois sempre implicam na necessidade de ajustes, redirecionamento que permitam otimizar a eficiência na aplicação dos recursos entre as alternativas de investimentos disponíveis. Não é nada fácil, mas a cada dia, luta-se, batalha-se, trabalha-se para atingir os objetivos.

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

A execução da gestão do processo de elaboração do ALM e/ou Estudo de Solvência do IPSEMC deve seguir o método descrito neste Manual Normativo cujas etapas estão estabelecidas e padronizadas, necessariamente, respeitando a ordem da sua descrição, estando sempre sujeitas a alterações e melhorias no sentido de promover-se ajustes com o fito de otimizar os procedimentos e maximizar os resultados uma vez que procedimentos de verificação e compliance auxilia no monitoramento das atividades operacionais e administrativas para cumprimento da missão institucional.

A competência para a proposição de alterações neste Manual de Normas e Procedimentos do processo de elaboração do ALM e/ou Estudo de Solvência é da Diretoria de Gestão de Investimentos que, detectando a necessidade de atualização ou ajustes, afere junto ao próprio Setor e apresenta à Presidência para deliberação final.

Diante do exposto, as etapas dos procedimentos da elaboração do ALM e/ou Estudo de Solvência serão executadas, necessariamente, respeitando-se a ordem descrita neste Manual Normativo.

### APROVADO POR

**GUILHARDO DE SOUSA LOURENÇO**  
Diretor de Gestão de Investimentos

**LÉA SANTANA PRAXEDES**  
Presidente

**JOÃO THOMAZ DA SILVA NETO**  
Diretor administrativo Financeiro

*Atesto a conformidade.*

**DARCIO XAVIER FERREIRA**  
Assessor de Controle Interno